



**JORNAL DA  
ALERJ**

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO  
ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Ano X Nº 245 – Rio de Janeiro, 1º a 15 de março de 2012



**Impresso  
Especial**

9912242287/2009-DR/RJ  
**ALERJ**

**CORREIOS**

Foto: Rafael Wallace

# Negócio coletivo

Lei precursora votada pela Alerj regulamenta garantias de consumidores fluminenses nas compras em grupo de produtos e serviços efetuadas pela internet

PÁGINAS 6, 7 e 8



**Começa a primeira fase do  
Parlamento Juvenil nas  
escolas da rede pública**

PÁGINA 3

**Morte e vírus tipo 4 alertam  
Parlamento para debate de  
projetos e leis contra a dengue**

PÁGINAS 4 e 5

**Voto feminino completa 80  
anos e ganha destaque em  
celebração do Dia da Mulher**

PÁGINA 12

## FRASES

Rafael Wallace



**“O governador Sérgio Cabral levará o projeto para o interior. É uma academia específica, que ajuda na redução do uso de medicamentos controlados, entre outras coisas. Os idosos passam a ter uma vida mais saudável”**

Marcus Vinícius (PTB), comentando a implantação das academias da Terceira Idade no estado

**“O treinamento deve ser ministrado ao público em geral, como também aos profissionais dos órgãos públicos, administração pública indireta, concessionárias e permissionárias de serviço público”**

Rosângela Gomes (PRB), sobre projeto que obriga órgãos públicos estaduais, concessionárias e permissionárias a elaborarem planos de salvamento para emergências

**“A necessidade de correta higienização de óculos 3D precisa ser assegurada em lei, como forma de garantir a diversão segura dos expectadores dos nossos cinemas”**

Luiz Martins (PDT), justificando higienização e embalagem de óculos compartilhados nos cinemas

## PROJETO DE LEI

## A Lei 5.829/10 torna obrigatória a disponibilidade de assentos proporcionalmente adequados a obesos, em locais de realização de provas ou concursos

Participar de provas e concursos é garantia de momentos de tensão e nervosismo para qualquer pessoa. Para obesos, porém, esta situação pode ser acrescida de muito constrangimento e vergonha, pela falta de instalações adequadas para a sua condição. O tratamento igualitário e o fim do desconforto enfrentado por pessoas de peso maior na hora de prestar exames ou de estudar são iniciativas que contam com amparo legal, no Estado do Rio de Janeiro.

Estabelecimentos de ensino e locais onde forem realizados concursos são obrigados a disponibilizar assentos adequados para estas pessoas. É o que determina a Lei 5.829/10, do ex-deputado Fernando Gusmão. A norma garante a presença destes assentos, que deverão seguir as normas do Instituto de Pesos e Medidas do Estado do Rio de Janeiro (Ipem-RJ). Em caso de descumprimento da lei, a instituição está sujeita à multa de 22.132,75 Ufirs-RJ.

## MÍDIAS SOCIAIS

@alerj faço questão de receber um jornal com tal grandeza de responsabilidade.

@GeovaniMuchuli  
Geovani Muchuli

 Dia 05/03 às 11:27

Vamos apoiar pessoal! Eu também Apoio!  
“A Alerj apoia o Movimento @RioContraDengue -- Alerj (@alerj)”

@JuniorPrazeres  
Junior Prazeres

 Dia 09/03 às 15:23


Estátua ALERJ [instagr.am/p/IKjjMbTfzo](http://instagram.com/p/IKjjMbTfzo)



@fernandomatos  
Fernando Matos

 Dia 14/03 às 16:41

No Dia Mundial dos Direitos do Consumidor, comemorado hoje, vamos adquirir mais consciência na hora de comprar.

 Dia 15/03 às 15:21



@Altineu  
Deputado Altineu  
Côrtes (PR)

As mensagens de mídias sociais são publicadas na íntegra, sem nenhum tipo de edição.



O JORNAL DA ALERJ está disponível também em áudio. Divulgue!  
<http://j.mp/audiojornal245>

Ou aponte o leitor de QR Code de seu celular



## EXPEDIENTE



Presidente  
Paulo Melo

1º Vice-presidente  
Edson Albertassi

2º Vice-presidente  
Gilberto Palmares

3º Vice-presidente  
Paulo Ramos

4º Vice-presidente  
Roberto Henriques

1º Secretário  
Wagner Montes

2º Secretário  
Graça Matos

3º Secretário  
Gerson Bergher

4º Secretário  
José Luiz Nanci

1º Suplente  
Samuel Malafafa

2º Suplente  
Bebeto

3º Suplente  
Alexandre Corrêa

4º Suplente  
Gustavo Tutuca

JORNAL DA ALERJ  
Publicação quinzenal  
da Diretoria Geral de Comunicação  
Social e Cultura da Assembleia  
Legislativa do Estado do Rio de Janeiro

Jornalista responsável  
Luís Valadão (JP-30267/RJ)

Editor-chefe: Pedro Motta Lima

Editor: Everton Silvalima

Chefe de reportagem: Fernanda Galvão

Reportagem: André Nunes, Fernanda Porto, Marcus Alencar, Melissa Ornellas, Raoni Alves, Symone Munay e Vanessa Schumacker

Edição de Fotografia: Rafael Wallace

Edição de Arte: Daniel Tiriba

Secretária da Redação: Regina Torres

Estagiários: André Coelho, Andresa Martins, Bruna Motta, Cynthia Obiler, Diana Pires, Fernando Carregal, Gabriel Telles (foto), Mauro Pimentel (foto), Nathalia Felix (foto), Paulo Ubaldino e Priscilla Daumas.

Telefones: (21) 2588-1404/1383

Fax: (21) 2588-1404

Rua Primeiro de Março s/nº sala 406

CEP-20010-090 – Rio de Janeiro/RJ

Email: [dcs@alerj.rj.gov.br](mailto:dcs@alerj.rj.gov.br)

[www.alerj.rj.gov.br](http://www.alerj.rj.gov.br)

[www.twitter.com/alerj](http://www.twitter.com/alerj)

[www.facebook.com/assembleiarj](http://www.facebook.com/assembleiarj)

[www.alerjnoticias.blogspot.com](http://www.alerjnoticias.blogspot.com)

[www.radioalerj.posterous.com](http://www.radioalerj.posterous.com)

Impressão: Imprensa Oficial  
Tiragem: 5 mil exemplares

siga a @alerj no



[www.twitter.com/alerj](http://www.twitter.com/alerj)

Ouçã sonoras dos deputados  
[radioalerj.posterous.com](http://radioalerj.posterous.com)

Receba o  em casa  
**JORNAL DA ALERJ**  
<http://bit.ly/jornalalerj>

Veja nossos  
álbums de Picasa  
<http://bit.ly/alerjpicasa>



## PARLAMENTO JUVENIL

# Novo recomeço

Sem um tema pré-definido, primeiro turno de projeto está em andamento



Fotos: Rafael Wallace

Melo (detalhe): fases regionais são um bom preparativo para a chegada dos jovens na Alerj

SYMONE MUNAY

**A**té 28 de março, todas as escolas da rede pública estadual de ensino estarão envolvidas em um projeto que visa a formar cidadãos preocupados com o futuro do estado e do País: o Parlamento Juvenil da Alerj. E o primeiro turno encontra-se de vento em popa. Ao contrário das últimas edições, este ano não haverá um tema pré-definido para a apresentação dos projetos de lei que os jovens “deputados” irão apresentar no Parlamento em julho. “Queremos incentivar e mostrar aos estudantes como funciona o Poder Legislativo e como são criadas as leis. Na prática, com a apresentação das propostas e a defesa de ideias, os adolescentes acabam por fazer um exercício de cidadania”, destacou o presidente da Casa, deputado **Paulo Melo (PMDB)**.

Poderão participar da seleção os estudantes de até 21 anos que estiverem cursando os ensinos fundamental e médio da rede pública dos 92 municípios fluminenses. Serão considerados eleitores todos os alunos da 6ª à 9ª série do fundamental e da 1ª à 3ª série do médio. “Caberá às comissões eleitorais de cada escola a convocação da comunidade escolar para participar do processo eleitoral, através de edital de convocação”, destacou o coordenador-geral do projeto, Bernardo Roberto. Os representantes de

cada cidade serão escolhidos pelo voto direto dos próprios colegas de escola, em dois turnos de votação. A capacitação dos eleitos acontecerá na segunda fase, entre os meses de abril e junho.

As eleições ocorrem em duas fases: o primeiro turno acontece dentro das escolas. Todas as turmas podem participar e apresentar seus candidatos. Nesta fase, é escolhido o candidato que vai representar cada unidade de ensino. No segundo turno, a disputa se dá entre os candidatos das escolas participantes. No final, serão eleitos 92 estudantes, um por município. Durante as últimas edições do projeto, a Alerj teve entre seus participantes muitos parlamentares juvenis fluminenses que se destacaram no setor político. Além do coordenador Bernardo Roberto, destacaram-se ainda Yuri Brasil, coordenador de Relações Comunitárias da Secretaria Municipal de Governo de Resende; Thiago Martins, assessor parlamentar da Câmara Municipal de Paraíba do Sul; e Camila Schuerz, coordenadora da campanha do deputado federal Luiz Sérgio (PT-RJ).

## Sobre o projeto

O Parlamento Juvenil é um projeto da Alerj em parceria com a Secretaria de Estado de Educação e envolve as es-



## Calendário

**28 de Março**

Eleições do primeiro turno (sairá um representante da unidade escolar)

**04 de Abril**

Eleições do segundo turno (sairá um representante do município)

**Julho**

Instalação do Parlamento Juvenil na Alerj (quando serão votados os três melhores projetos de lei)

colas estaduais de todos os municípios do estado, além da Fundação de Apoio à Escola Técnica (Faetec) e do Colégio de Aplicação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Cap-Uerj). O objetivo é a formação política dos jovens com intenção apartidária e totalmente autônoma. Teve sua primeira edição em 2003 e segue os mesmos moldes de um Parlamento convencional, com direito à escolha da Mesa Diretora, Regimento Interno e votação em plenário. Durante uma semana, os estudantes passam a ter as mesmas atribuições de um deputado estadual e discutem e aprimoram projetos de lei de sua própria autoria.



# Na luta contra a dengue

DIANA PIRES

**U**ma morte e a presença do vírus tipo 4 na Região Metropolitana do Rio fizeram com que o alerta de epidemia de dengue soasse no estado. Ao todo, até a divulgação do último boletim oficial, cerca de 18.780 casos suspeitos colocaram o território fluminense novamente na rota de um vilão: o mosquito *aedes aegypti*. O cenário também preocupa e mobiliza o Legislativo, que tem se colocado ao lado da população para evitar mais dor causada pela doença.

“É preciso que todos, deputados, autoridades e o povo, se unam em prol do combate à dengue”, conclama o presidente da Comissão de Saúde da Alerj, deputado **Bruno Correia (PDT)**. Ao lado de Correia, está o deputado **Marcelo Simão (PSB)**, autor da Lei 5.894/11, que objetiva diminuir a incidência da doença por meio da divulgação, através de cartazes, das formas de denúncia contra os focos do mosquito. Para tal, o parlamentar quer que os órgãos dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário afixem cartazes com a divulgação do site [www.ricontradengue.com.br](http://www.ricontradengue.com.br). “É um meio importante e de fácil acesso, para que a população possa reclamar”, assegura Simão.

Há uma série de projetos que busca diminuir os impactos da dengue tramitando na Casa. Alguns são simples e solicitam ações de continuidade, como a passagem do carro fumacê em locais mais afetados da cidade do Rio, do deputado **Marcos Soares (PDT)**; o prosseguimen-

to do programa de combate do Governo do Estado, da deputada **Myrian Rios (PDT)**; e a instituição do Dia Estadual de Combate à Dengue (o primeiro sábado de outubro), do deputado Bruno Correia. “O meu objetivo é mobilizar as iniciativas do poder público”, comenta o pedetista.

O deputado **Edino Fonseca (PR)** defende projeto que obriga empresas revendedoras de pneus a recolhê-los quando inutilizados ou velhos. “É para dar fim a criadouros de mosquitos transmissores da dengue”, explica. Já o deputado **Nilton Salomão (PT)** assina projeto que determina a impressão de alertas da doença nas tampas de caixas d’água. A instalação de caixas d’água de amianto mobiliza o deputado **Átila Nunes (PSL)**; o deputado **Luiz Paulo (PSDB)** pretende criar um gabinete de gestão da epidemia; os deputados **Chiquinho da Mangueira (PMDB)**, **Luiz Martins** e **Jânio Mendes**, ambos do PDT, **Altineu Côrtes (PR)** e **Alessandro Calazans (PMN)** pedem reforço para o combate



## Palavra de cidadão

**Tive dengue e, no começo, senti cansaço, indisposição, dor de cabeça, enjojo e dores no corpo.** Passaram-se três dias e acabei tendo febre de 39,5° e tontura. Foi aí que fui à emergência de um hospital na Tijuca. O diagnóstico foi princípio de amigdalite. Voltei para casa no mesmo dia e, dois dias depois, os sintomas pioraram e tive sangramentos no nariz. Corri para outro hospital e o médico solicitou exame de sangue imediato. Constatou-se que minhas plaquetas estavam abaixo do normal e eu estava com dengue hemorrágica em estágio avançado. Minha pressão ficou bastante baixa, assim como minha imunidade. Ganhei alta e o médico ordenou repouso absoluto. Tudo deve ter durado duas semanas, e, hoje, tenho muito mais cuidado em me hidratar, pois é essencial para qualquer doença. E não esqueçam de ficar de olho nos focos!

Divulgação/Carlos Trindade



**Bianca Venturotti,**  
21 anos

Fellippo Brando



Simão acredita que divulgar os meios de denúncia é uma forma de diminuir a incidência da dengue no Rio

em determinadas regiões; e a deputada **Janira Rocha (PSol)** quer expandir os testes de detecção do vírus para todas as unidades de saúde do estado.

Esta última ideia encontra eco em casos de peregrinação vividos por pacientes. “É bom não ir somente a um hospital em caso de suspeita da doença, pois, nem sempre, diagnosticam a dengue de primeira, como foi o meu caso”, conta a jornalista Bianca Venturotti, de 21 anos, que só descobriu que estava infectada após três dias de febre alta. “Qualquer pessoa que tenha febre, dor de cabeça, dores no corpo e articulações, prostração e manchas vermelhas deve procurar o serviço de saúde de referência em seu bairro ou município”, atenta o superintendente de Vigilância Epidemiológica e Ambiental da Secretaria de Estado de Saúde, Alexandre Chieppe.

Além dos parlamentares, o Governo também faz a sua parte. Em 2008, quando o estado sofria com uma epidemia, o Executivo sancionou a Lei 5.208, com a



Divulgação: Guarda Municipal

definição de atividades para fiscalizar a prevenção e o combate à dengue. O texto, em vigor, inclui a entrada de agentes em imóveis públicos e privados, quando essa medida se mostrar indispensável. Segundo o líder do Governo na Casa, deputado **André Correa (PSD)**, a iniciativa facilita a realização de um trabalho mais eficaz: “Entendemos o direito de propriedade. Porém, o direito à saúde pública deve ter um peso maior”.

Outra lei do Executivo, a 5.244/08, estabelece normas sobre a comercialização de componentes de caixas d'água. Assim, empresas que comercializarem esses produtos ficam obrigadas a vender, separadamente, as peças das caixas e as respectivas tampas e devem ainda afixar os cartazes “Tampa e caixa d'água são comercializados separadamente”, entre outras exigências. O deputado **Marcos Abrahão (PTdoB)** fez uma pequena alteração no texto, incluindo artigo que diz que as pessoas devem manter as caixas fechadas com as respectivas tampas.

O Grupamento de Ronda Escolar (GRE) da Guarda Municipal do Rio realiza, com uma equipe de atividades lúdicas, uma série de projetos com o objetivo de integrar a GM e a comunidade. Entre as diversas atividades, há um teatro de fantoches que alerta sobre a prevenção contra a dengue, conscientizando crianças da educação infantil de escolas municipais há 14 anos. O GRE conta, hoje, com 34 guardas e seis veículos que dão proteção às escolas da rede municipal de ensino e participam das atividades socioeducativas.

Leia uma entrevista com Alexandre Chieppe, conheça o programa *10 minutos contra a dengue* e saiba como se prevenir e quais são os sintomas da doença através dos links abaixo

<http://j.mp/alerjchieppe>

Ou aponte o leitor de QR Code de seu celular





*Lice recebeu e-mail dilatando prazo de entrega e desconfiou que não veria o produto*

# Garantia de compras seguras

**As relações de consumo evoluem de acordo com as novas tecnologias, e as leis também precisam se adequar. Para garantir os direitos dos cidadãos, a Alerj resolveu regulamentar regras para a venda em sites de compras coletivas. É mais um ganho que reforça as comemorações pelo Dia Mundial do Consumidor (15 de março)**

FERNANDA PORTO, RAONI ALVES E CYNTHIA OBILER

O aumento da segurança e a comodidade das compras na internet deram origem a alguns fenômenos. O maior e mais recente deles, promovido pelos sites de compras coletivas, virou febre com ofertas de serviços e produtos com valores bem abaixo do mercado. Mas, com o *boom*, veio a dor de cabeça. Atrilados a um alto número de compradores, estes sites e seus parceiros mostraram-se, na oferta dos serviços, despreparados para cumprir os compromissos assumidos. Atenta a isso, a Alerj aprovou proposta que veio a ser tornar a primeira lei do País a regulamentar o tema: a Lei 6.161/11, assinada conjuntamente pelos deputados **André Ceciliano (PT)**, **Cidinha Campos (PDT)** e **Wagner Montes (PSD)**.

Motivado pelas queixas de consumidores insatisfeitos, Ceciliano já comemora o cumprimento da norma, que, sancionada em 9 de janeiro, dá 90 dias para a adequação do mercado – ainda vigente. “Pessoas que me procuraram se queixando da dificuldade de contatar as empresas já apontam melhorias. Antes, o consumidor ficava refém da impossibilidade de contato, das informações desencontradas”, lembra o petista.

“Só não havia equívoco na cobrança no cartão de crédito do cliente”, ironiza Wagner Montes. As regras que tornam o Rio o estado precursor na defesa dos direitos destes consumidores encontram embasamento nos números. A Comissão de Defesa do Consumidor da Alerj, presidida por Cidinha, recebeu, em 2011, 48 reclamações sobre compras coletivas e este ano, em apenas dois meses, 24. “Como toda novidade, este serviço carecia de uma regulamentação, e esta lei protege o consumidor ao assegurar acesso a informações e definir tempo máximo para utilização da oferta”, conta a pedetista.

Regras adotadas no estado (*ver box pág. 8*) teriam evitado a frustração e o desconforto vividos por Lice Enderlain. Há um ano, a restauradora de livros e documentos antigos, atraída pelo preço muito abaixo do mercado, comprou um *tablet* em uma dessas promoções com meta de compradores. Compradora contumaz pela internet, Lice começou a desconfiar que algo estava errado quando recebeu e-mail ampliando o prazo de entrega de 60 dias para 60 dias úteis. Nesta mensagem, o site de compras deixava visível a lista de remetentes, que somava cerca de 800 pessoas. “Elas começaram a trocar mensagens



## Pelo bem (e pelos bens) dos cidadãos



**A lei protege o consumidor ao assegurar acesso à informação e tempo para utilização da oferta"**

Deputada Cidinha Campos (PDT)



Rafael Wallace



**O único serviço que parecia não conter equívocos era o de cobrança no cartão de crédito dos clientes"**

Deputado Wagner Montes (PSD)



Mauro Pimentel



**O consumidor ficava refém da impossibilidade de contato com a empresa, das informações conflitantes, sem direção"**

Deputado André Ceciliano (PT)



Mauro Pimentel

entre si e, todos os dias, eu recebia algo sobre o assunto. Foi muito desagradável, porque, além de não ter o produto em minhas mãos, mesmo tendo pago por ele, ainda tinha que me lembrar disso a toda hora", lembra.

Lice, que acabou optando por não se desgastar somando-se às reclamações, critica o fato de o site não oferecer um meio de acompanhamento do pedido ou de fazer reclamações. Os e-mails, único meio oferecido, nunca foram respondidos. "Se naquela época houvesse um canal em que eu pudesse, pelo menos, saber em que ponto estava minha encomenda, talvez eu não tivesse demorado tanto tempo para perceber que o produto nunca chegaria à minha casa", lamenta.

A porta-voz do Comitê de Compras Coletivas da Câmara-E. Net – que tem como membros signatários os sites Groupon, Peixe Urbano, Viajar Barato, Clube do Desconto, Imperdível e ClickOn –, Claudia Woods, confirma que as reclamações, em ascensão, "giraram em torno de mal entendimento das regras da promoção, demora na entrega do produto e dificuldade de agendamento". Mas ressalta que elas representam menos de 0,5% de todas as transações realizadas no universo das compras coletivas. A



André Coelho

A compra de serviços em salão de beleza irritou Heloísa

## Na mira de Polícia e Procon

A necessidade de uma regulação do serviço de compras coletivas é consenso entre os que lidam com isso. Para o policial civil e técnico em Informática Rodrigo Vale, da Delegacia de Repressão aos Crimes de Informática (DR-CI), a recomendação é de que os clientes pesquisem as empresas que estão oferecendo os serviços: "A primeira orientação é de que sejam conferidas as reclamações referentes ao site que está sendo consultado e à empresa que está oferecendo o produto". O Procon-RJ já contabiliza números que atestam a necessidade de atenção. Entre setembro de 2011 e 12 de março de 2012, foram registradas 386 ocorrências sobre sites de compras coletivas. "Hoje, a maior parte das reclamações dos consumidores é de não recebimento do produto, recebimento em prazo superior ao estabelecido e diverso do adquirido, defeituoso e, também, o fato de os fornecedores não possuírem uma sede, um escritório ou um telefone para contato", confirma o coordenador do Procon-RJ, Cacau de Brito.










Câmara, que elaborou um Código de Ética e Conduta para o serviço e criará, ainda este mês, um selo de qualidade para os sites que agirem de acordo com as normas, informa que há, no País, cerca de 1.200 empresas atuando no setor, que as vendas, em 2011, chegaram a R\$16 milhões e que a previsão, para este ano, é de crescimento de 40%.

Os cuidados preveem o fim de casos como o vivido pela bióloga Heloísa Souza, onde até a polícia chegou a ser acionada por clientes impacientes com a desorganização de um salão de beleza, o que causou superlotação. "Era um dos primeiros dias da oferta e muita gente foi ao salão ao mesmo tempo. A recepcionista e duas clientes discutiam e outras mulheres chamaram a polícia", relata. Segundo ela, o salão informava que era preciso fazer a marcação por telefone, mas a secretária do estabelecimento informou que o atendimento seria feito por ordem de chegada. "Acho que os sites de compra coletiva deveriam analisar bem os locais com os quais eles fecham essas parcerias", salienta Heloísa, que, no entanto, conseguiu ser ressarcida. (colaborou André Coelho) **Continua na página 8**

## CAPA

# Conheça seus direitos

De acordo com a Lei 6.161/12, os sites de compra coletiva ficam obrigados a informar:

-  A quantidade mínima de compradores para a liberação da oferta;
-  O prazo para a utilização da oferta por parte do comprador, que deverá ser de, no mínimo, três meses;
-  Endereço e telefone da empresa responsável pela oferta;
-  Em se tratando de alimentos, deverá constar da oferta informações acerca de eventuais complicações alérgicas e outras complicações que o produto pode causar;
-  Quando a oferta consistir em tratamentos estéticos, deverão constar no anúncio as contra indicações para sua utilização;
-  A informação acerca da quantidade de clientes que serão atendidos por dia e a forma de agendamento para a utilização da oferta por parte dos compradores;
-  A quantidade máxima de cupons que poderão ser adquiridos por cliente, bem como o período do ano, os dias de semana e horários em que o cupom da oferta poderá ser utilizado;
-  Caso o número mínimo de participantes para a liberação da oferta não seja atingido, a devolução do valor pago deverá se realizada em até 72 horas.
-  As informações sobre ofertas e promoções somente poderão ser enviadas a clientes pré-cadastrados no site, contendo expressa autorização para o recebimento das informações em sua conta de correio eletrônico.

## ENQUETE

Você se sente seguro para comprar produtos via internet?

**67%**  
Sim

**33%**  
Não

Vote na próxima enquête, acesse: [www.alerjnoticias.blogspot.com](http://www.alerjnoticias.blogspot.com)

O Procon-RJ elaborou uma lista de cuidados, cujos principais são: verifique o nome e o endereço do fabricante; verifique se o site tem avaliação e boa reputação; tente um contato telefônico com a loja antes da compra; não pague antecipadamente por boleto ou depósito bancário, mas sim através de cartão de crédito (é mais fácil de estornar); e imprima tudo: número de protocolo, da compra e do pedido, modos de pagamento, data e horário do anúncio ou da oferta e prazo previsto para arrependimento (nunca menos de sete dias, segundo Código de Defesa do Consumidor).

## CORREDOR CULTURAL

Mauro Pimentel



### Volta, Alice

A exposição *Abre Alas* manterá quentes os tamborins em março. Para atrair ainda mais visitantes para a bem-sucedida mostra de fotografias da Agência O Globo, que, desde o dia 3 de fevereiro, trouxe mais de dois mil visitantes à Alerj, o Departamento de Cultura organizou uma sequência de três ensaios abertos de blocos carnavalescos nas escadarias do Palácio Tiradentes. O primeiro, uma versão reduzida do bloco Volta, Alice, executou 15 músicas, entre sambas, xotes e marchinhas – e até uma improvável sequência de músicas de Tim Maia – no dia 2. Na próxima edição do **JORNAL DA ALERJ**, saiba como foram as apresentações do Imprensa que Eu Gamo e do Cacique de Ramos.

### Criança In Defesa

O Departamento de Cultura da Alerj levará a exposição *Criança In Defesa*, do artista plástico Ronaldo Araújo, para o interior do estado. A mostra reúne uma seleção de 20 pinturas a óleo sobre tela (*reprodução na foto abaixo*), cuja ideia é chamar a atenção para as questões que envolvem as crianças na sociedade moderna e o próprio cotidiano delas. Veja por onde a exposição itinerante irá passar:

#### Teresópolis (19 a 23 de março)

Casa de Cultura Adolpho Bloch  
Praça Juscelino Kubitschek, s/nº, N. Sra. de Fátima  
Segunda a sexta, das 9h às 18h

#### Saquarema (26 a 30 de março)

Casa de Cultura Waldir Ayala  
Rua Cel. Madureira, 88, Centro  
Segunda a sexta, das 9h às 17h

#### Araruama (2 a 6 de abril)

Casa de Cultura José Geraldo da Conceição Caú  
Praça São Sebastião, 148, Centro  
Segunda a sexta, das 9h às 18h

#### Barra de São João (9 a 13 de abril)

Museu Casa de Casimiro de Abreu  
Praça As Primaveras  
Segunda a sexta, das 8h às 17h

#### Macaé (16 a 20 de abril)

Fundação Macaé de Cultura  
Av. Rui Barbosa, 780, Centro  
Segunda a sexta, das 8h às 17h





# Medição às claras

Deputado acompanha vistoria da Light em medidores de energia no Jardim América

PAULO UBALDINO

**R**epresentando a Comissão de Defesa do Consumidor da Alerj, presidida pela deputada **Cidinha Campos (PDT)**, o deputado **Pedro Fernandes (PMDB)** acompanhou o início das instalações dos quatro medidores de energia comparativos da Light, feita pelos institutos de Pesos e Medidas (Ipem-RJ) e Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro), no dia 14, no bairro de Jardim América, zona Norte da capital. Para o parlamentar, que levou à comissão denúncias de aumentos abusivos nas contas de luz após a troca dos medidores analógicos pelos digitais, esta é uma forma justa de oferecer ao consumidor transparência.

“Estamos aqui buscando uma resposta que a população precisa. Diante das ocorrências que recebi, viemos fazer uma constatação, para saber se é mesmo um erro do novo dispositivo ou se há furto de energia ou desperdício da mesma. Dentro de um mês, o Ipem e o Inmetro já terão laudos prontos”, destacou Fernandes. A residência de Laura Vieira de Souza, de 72 anos, foi a primeira a receber o equipamento. Segundo ela, depois que os medidores de energia foram substituídos, sua conta de luz sofreu um aumento de R\$ 150.

De acordo com o gerente de Telemedição da Light, Danilo Ribera, apesar dos medidores comparativos terem sido fornecidos pela concessionária, os dispositivos passaram por uma avaliação rigorosa dos dois órgãos responsáveis. O engenheiro do Inmetro João Roberto de Castro disse que foi necessária uma série de aceitações, por parte da fornecedora e, também, do cliente, para que todo procedimento seja um sucesso. “Alguns termos, como a garantia de que o lacre do dispositivo não será rompido em nenhuma hipótese, é fundamental para o esclarecimento dos fatos”, pontuou.

Veja depoimento da moradora Laura Vieira, que teve aumento de R\$ 150 na sua conta

<http://j.mp/alerjlaura>

Ou aponte o leitor de QR Code de seu celular



## Entenda o caso

Em novembro de 2011, a Light, concessionária responsável pelo fornecimento de energia na capital e Baixada Fluminense, iniciou o processo de substituição dos medidores de energia analógicos pelos digitais, que retêm as informações dos clientes em um *chip*. Após receber mais de 600 reclamações de aumento na conta de luz, oriundas dos bairros de Vigário Geral e Jardim América, Pedro Fernandes levou as ocorrências até a Comissão de Defesa do Consumidor da Casa. Presidente do colegiado, a deputada Cidinha Campos realizou uma audiência pública para discutir o assunto, no dia 8.



*Fernandes (abaixo) vai acompanhar as informações sobre o laudo que Ipem e Inmetro irão produzir. Técnicos verificaram os aparelhos digitais*



## SEGURANÇA ALIMENTAR

# Vistoria na refeição

Raoni Alves

**Comissão encontra quentinhas pesando menos do que devia em complexo penitenciário**

RAONI ALVES

A Comissão de Saneamento Alimentar da Alerj, presidida pela deputada **Lucinha (PSDB)**, vistoriou, no dia 14, as cozinhas do Complexo Penitenciário de Gericinó, em Bangu, zona Oeste do Rio, e constatou a falta de padrão na pesagem das quentinhas preparadas para os presos. A parlamentar encontrou embalagens que variavam de peso entre 510g e 700g, quando o contrato de prestação de serviço exige 640g por quentinha. “Foi muito importante a nossa visita. Tivemos a oportunidade de constatar algumas irregularidades, principalmente no que se refere à questão da quantidade de comida servida”, pontuou Lucinha.

“O Poder Executivo paga o equivalente a 640g. Então, a empresa das quentinhas se beneficia de alguma forma quando o peso é menor. As reclamações são grandes, inclusive sobre a quantidade de carne na refeição, a falta de cuidado no preparo e outros tantos problemas”, comentou a deputada. O complexo prisional de Bangu conta com 26 unidades e mais de 17 mil presos, que realizam quatro refeições por dia (café da manhã, almoço, jantar e lanche da noite). No momento, 16 empresas



*Calazans e Lucinha também ouviram queixas sobre a falta de higiene na comida*

são contratadas para prestar o serviço de alimentação no complexo. “A comida, de uma maneira geral, não é das piores. Mas, podemos cobrar uma maior atenção dos empresários que prestam o serviço. Se cada um tirar 100g de cada quentinha, cerca de 80 mil por dia, vamos ver o estado pagando algumas toneladas de alimentos que não são entregues”, declarou o deputado **Alessandro Calazans (PMN)**, membro da comissão.

Na Unidade Industrial Esmeraldino Bandeira, onde os 764 presos desempenham atividades profissionais, os deputados também ouviram reclamações quanto à falta de higiene e à baixa qualidade das refeições. De acordo com

o subsecretário adjunto de Unidades Prisionais do estado, Sauler Sakalem, um dos motivos para a dificuldade na fiscalização das quentinhas refere-se à quantidade de presos, pois a pesagem para avaliação é feita por amostragem. “Temos muitos presos aqui. Por mês, deixam o complexo cerca de 600 detentos, mas entram 900. Ainda absorvemos muitos presos que estavam na Polinter. Hoje, temos mais de 17 mil presos e não dá para pesar as quentinhas individualmente”, colocou. “Vamos marcar uma audiência pública, convidar os representantes da área para dar explicações e analisar todos os contratos de prestação de serviço”, informou o deputado Calazans.

## CURTAS

### Chuvas

O presidente da Alerj, deputado **Paulo Melo (PMDB)**, recebeu, no dia 14, uma comitiva de prefeitos do Norte e Noroeste fluminenses em busca de auxílio para remediar a devastação causada pelas enchentes

causadas pelas chuvas no início do ano. O deputado afirmou que irá interceder pela região junto ao vice-governador e secretário de Estado de Obras, Luiz Fernando Pezão. “Pedirei ao Pezão que dê prioridade às demandas trazidas pelos gestores. Vou explicar a ele a urgência do pleito trazido por eles”, afirmou Melo, acrescentando, ainda, que encaminhou os 11 prefeitos para uma reunião com o secretário de Estado de Saúde, Sérgio Côrtes.



Nathalai Felix

### Superlotação nos presídios

A superlotação do presídio Ary Franco, em Água Santa, zona Norte do Rio, será discutida em audiência pública, em abril, pela Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania da Alerj. O anúncio foi feito no dia 9, pelo presidente do colegiado, deputado **Marcelo Freixo (PSol)**, durante reunião dos membros do Comitê Estadual de Combate à Tortura, na Alerj. “A questão da superlotação é uma novidade, porque nós sempre tivemos essa situação nas delegacias e não no sistema prisional”, avaliou Freixo.





# Sustentabilidade em alta

Fotos: Mauro Pimentel



Aspásia, Xandrinho, Luiz Martins e Samuel Malafaia conversaram com comunidades

## Parlamentares se envolvem nas discussões sobre evento que celebra 20 anos da Eco 92

ANDRÉ COELHO

**D**uas décadas depois da realização da conferência considerada um marco para a proteção do meio ambiente, a Rio 92, o Rio de Janeiro volta a sediar uma reunião de cúpula da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre o tema. A Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20, deverá reunir cerca de 100 chefes de estado entre os dias 20 e 22 de junho deste ano no RioCentro. Para estimular o debate e participar das discussões durante o megaevento, uma Comissão de Representação da Alerj, instalada no final de 2011, está trabalhando para envolver a sociedade fluminense nos preparativos.

A primeira ação da comissão, presidida pelo deputado **Xandrinho (PV)**, será produzir um documento apontando as principais deficiências ambientais nas comunidades carentes do estado, decisão tomada depois de uma reunião realizada no dia 1 com diversos líderes comunitários. "O contato com representantes de

outras nações será de muito proveito para o desenvolvimento de novas estratégias sustentáveis no estado. Nossa missão é provar que é possível fazer a integração social das comunidades através da economia verde", afirma Xandrinho.

Membro da Comissão da Alerj, a deputada **Aspásia Camargo (PV)** foi indicada pela União Nacional dos Legislativos Estaduais (Unale) para participar da Comissão Nacional que organiza a Rio+20 e tem tido papel importante no grupo. "Estamos preparando o documento que será discutido e votado durante a conferência. O grande diferencial da Rio+20 será o de discutir as questões ambiental, social e econômica juntas, dentro do conceito de desenvolvimento sustentável", adianta.

Aspásia está otimista em relação à conferência e conta que seu papel tem sido justamente o de combater o ceticismo. "Já fui falar da conferência em Bogotá, Praga e Nova Iorque. Tenho sido uma porta-voz diplomática da Rio+20", relata. "O mundo está esperando a liderança do Brasil. Não queremos que a conferência seja apenas uma conversa, queremos ação", completa. "Acredito que será um momento mais importante para o Rio do que a própria Copa do Mundo", finaliza a parlamentar.

## Debates mobilizam o Fórum Permanente

Além da Comissão de Representação, o Fórum Permanente de Desenvolvimento Estratégico do Estado também tem discutido a Rio+20 na Alerj. A Câmara Setorial de Desenvolvimento Sustentável do órgão recebeu o presidente do Conselho Empresarial de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Associação Comercial do Rio de Janeiro, professor Haroldo Mattos Lemos (*foto abaixo*), que falou sobre o documento que será base das discussões da conferência. Lemos destacou a proposta de mudança das atividades da Comissão de Desenvolvimento Sustentável (CDS) da ONU como uma das principais decisões a serem tomadas na conferência, com a transformação do órgão em uma agência das Nações Unidas.

Para a secretária-geral do Fórum, Geiza Rocha, o papel da sociedade civil será muito importante. "O professor colocou uma responsabilidade muito grande para a sociedade organizada: de mostrar que precisamos pressionar por metas concretas para a sustentabilidade", declarou. Para contribuir com esta mobilização, o Fórum volta a discutir o tema no dia 2 de abril, quando serão recebidos representantes do Governo do estado, da Prefeitura do Rio e do Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CE-BDS), para uma rodada de conversas sobre o papel dos governos locais no desenvolvimento sustentável.







Este foi o 9º ano em que a Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, presidida pela deputada Inês Pandeló (PT) (quinta da esq. p/ dir.), entregou o diploma Mulher-Cidadã Leolinda Daltro a ativistas de destaque (Foto: Mauro Pimentel)

## VOTO FEMININO

# De Carlota a Dilma

RAFAEL WALLACE

Agência Brasil

**N**o dia 24 de fevereiro de 2012, o Brasil comemorou 80 anos da conquista do voto feminino. Com a assinatura do Decreto 21.076, de 24 de fevereiro de 1932, pelo então presidente Getúlio Vargas, as mulheres passaram a fazer parte do cenário político nacional, obtendo não só o direito ao sufrágio, mas também a possibilidade de serem eleitas. De Carlota Pereira Queiroz a Dilma Rousseff, o **JORNAL DA ALERJ** selecionou algumas imagens que mostram um pouco do caminho das mulheres brasileiras nesses 80 anos de luta por direitos iguais.



Muita coisa mudou no País desde o início do voto feminino: hoje, a primeira mulher eleita presidente da República, Dilma Rousseff, representa os interesses brasileiros pelo mundo afora. Na foto ao lado, ela posa com a chanceler alemã Angela Merkel

## Mulheres votaram no Rio Grande do Norte em 1928 sem efeito



Reprodução

Só em 32, o voto feminino foi oficializado. A primeira deputada federal, Carlota Queiroz, destacava-se em um plenário de homens. No ano em que conquistaram o direito, elas lotaram as urnas, lideradas pela baiana Leolinda de Figueiredo Daltro

Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro  
Rua Primeiro de Março s/nº sala 406 – Rio de Janeiro/RJ – CEP-20010-090